

Um Estudo Sobre Intervenções Junto a Homens Autores de Violência Doméstica Contra Mulheres

A Study of Interventions With Men Perpetrators of Domestic Violence Against Women

João Paulo Bernardes & Claudia Mayorga
Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, Brasil

Este artigo é o resultado da pesquisa realizada nos serviços de intervenção junto a homens autores de violência doméstica contra mulheres (HAV) no Estado de Minas Gerais, Brasil. O objetivo foi investigar as bases teórico-metodológicas das políticas de intervenção junto a HAV. Em cada uma das quatro organizações identificadas, foram realizadas duas entrevistas semiestruturadas com os gestores institucionais e profissionais facilitadores dos grupos, sendo um total de oito entrevistas realizadas. A análise das concepções e sentidos atribuídos pelos entrevistados, refletidos em suas linhas teórico-explicativas e metodologias, revelou diferentes vieses teórico-argumentativos que operam desde distintos pressupostos da ciência para a interpretação do fenômeno da violência contra as mulheres, diferentes concepções sobre HAV e de enfoques empregados para superá-lo. As reflexões propostas atualizam importantes debates acerca desses pressupostos, contribuindo para a discussão sobre o aprimoramento desses trabalhos, para a capacidade de mudança dos homens e para o desenvolvimento paradigmático alternativo à ciência tradicional.

Palavras-chave: intervenção, homens autores de violência, mulheres.

This article is the result of the research carried out in intervention services with male perpetrators of domestic violence against women (HAV) in the State of Minas Gerais, Brazil. The objective was to investigate the theoretical and methodological bases of intervention policies with HAV. In each of the four organizations identified, two semi-structured interviews were conducted with the institutional managers and professionals facilitating the groups, completing eight interviews. The analysis of the conceptions and meanings attributed by the interviewees, reflected in their theoretical-explanatory lines and methodologies, revealed different theoretical-argumentative biases that operate from different scientific assumptions for the interpretation of the phenomenon of violence against women, different conceptions about HAV, and approaches used to overcome it. The proposed reflections update important debates about these assumptions, contributing to the discussion about the improvement of these works, the capacity for change of men, and the paradigmatic development alternative to traditional science.

Keywords: Intervention, men authors of violence, women.

Agradecimentos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq - Brasil.

Contacto: Bernardes, J. P. Núcleo Conexões de Saberes. Endereço: Av. Antônio Carlos, 6627, FAFICH/UFMG, sala 2005, Pampulha, Cep: 31270-901 - Belo Horizonte – MG, Brasil. Correio eletrônico: jpaulobg@gmail.com

Como citar: Bernardes, J. P. & Mayorga, C. (2017). Um estudo sobre intervenções junto a homens autores de violência doméstica contra mulheres. *Revista de Psicologia*, 26(1), 1-15.
<http://dx.doi.org/10.5354/0719-0581.2017.46691>

Introdução

O fenômeno da violência doméstica contra as mulheres permanece um tema de grande preocupação social e, também, pauta permanente das agendas feministas, pois é uma das formas mais brutais de violação dos direitos das mulheres. Esta situação é reconhecida internacionalmente como um grave problema, pois torna limitadas as oportunidades de acesso de milhões de mulheres e crianças, no mundo, à educação e ao emprego, bem como institui desigualdade de acesso aos processos de tomada de decisões. Segundo a UNESCO (2004; 2010), a violência contra as mulheres, no mundo, tomou dimensões epidêmicas, acarretando consequências trágicas para a saúde e o bem-estar das mulheres e para o desenvolvimento social e econômico.

Ao empregar, aqui, o termo violência doméstica contra as mulheres, buscamos alinhamento com a resolução da CEDAW (1992) e com a legislação brasileira vigente, em especial a *Lei Maria da Penha* (Lei 11.340/06), que tem sido tomada como embasamento para formulação de políticas públicas. Contudo, identifica-se o uso cotidiano de distintos termos designados para o problema aqui tratado (Dantas-Berger & Giffin, 2005). Grupos de homens pró-feministas, por exemplo, empregam o termo violência masculina contra as mulheres para superar tal problema e assinalar a forma como o homem é vislumbrado como o responsável pela violência, ou seja, vítima e autor são apropriadamente identificados (Osborne, 2009). Mostram-se favoráveis ao termo, pois reflete a inclusão de variadas formas de expressão da violência e inclui o âmbito público e privado, mas, também, porque ele apresenta alinhamento com estudos que tratam a violência perpetrada por homens contra suas (ex)companheiras ou (ex)namoradas, isto é, contra mulheres com as quais eles têm ou tiveram relação de intimidade ou de conjugalidade (Adrião & Toneli, 2008; Banin & Beiras, 2016; Barsted, 2006; Giffin, 1994; Instituto de Pesquisas Aplicadas [IPEA], 2013; Salas, 2011; Waiselfisz, 2015).

No contexto latino-americano, a porcentagem de mulheres que afirmaram ter sido abusadas fisicamente pelo seu companheiro íntimo chega a 50%, sendo o percentual mais baixo de 20% (Salas, 2011). O Brasil tem a quinta maior taxa mun-

dial de feminicídios, a expressão mais aguda da violência contra as mulheres, sendo que, entre os anos 2001 a 2011, 50 mil mulheres foram assassinadas, resultando numa média de 5 mil mortes por ano; 29% desses óbitos ocorreram na casa da vítima (IPEA, 2013) e 50,3% das mortes violentas de mulheres no Brasil são cometidas por familiares, entre os quais 33,2% eram parceiros ou ex-parceiros (Waiselfisz, 2015). Estes dados corroboram o perfil das mortes enquadradas como violência doméstica. A média de feminicídios registrada no Estado de Minas Gerais¹ – 6,49 mortes a cada 100 mil habitantes –, indicou ser mais alta do que a nacional, 5,82 mortes, e a segunda maior da região sudeste, ficando abaixo apenas do Espírito Santo.

Nesse dramático cenário, o trabalho com homens autores de violência (HAV) doméstica contra as mulheres emerge como uma das formas de enfrentamento de tal fenômeno, tendo sido iniciado, nos Estados Unidos, no final da década de 1970; no começo da década de 1980, ampliou-se para o Canadá, com metodologias de intervenção semelhantes, passando, depois, a serem executadas na Europa, nos países nórdicos e na América Latina (Toneli, Lago, Beiras, & Clímaco, 2010).

Embora haja cada vez mais consenso sobre o envolvimento dos homens nas estratégias de enfrentamento à violência contra as mulheres, sendo diversas as iniciativas que evidenciam o papel dos homens como coletivo no enfrentamento desse problema (Beiras, 2014; Beiras & Cantera, 2014; Blay, 2014; Bonino, 2009; Rothman, Butchart, & Cerdá, 2003; Tolman & Edleson, 1995), a intervenção junto a HAV tem sido uma medida bastante controversa. De acordo com Ponce Antezana (2011), em primeiro lugar, há muitas críticas acerca da utilização de recursos inicialmente pensados para as mulheres em situação de violência. Eles deveriam se destinar às políticas voltadas exclusivamente a elas, haja vista que algumas políticas para as mulheres estão sucateadas. Em

¹ O Estado de Minas Gerais é o segundo estado mais populoso do Brasil com uma população estimada em 21 milhões de habitantes. O ciclo do ouro, do café e a sequente industrialização ocorrida ao longo do Século XX marcam a história econômica da região associada a uma forte religiosidade, migração da população do campo para centros urbanos e forte desigualdade socioeconômica entre as regiões.

segundo lugar, tais críticas questionam não haver necessidade do encarceramento ou da punição dos homens que cometem violência, o que deveria acontecer com intuito de evidenciar, para as vítimas, que há medidas para coibir o que foi cometido com elas. Em terceiro lugar, as intervenções são consideradas inválidas, pois concebem os HAV como enfermos psicopatológicos que precisam de tratamento, que, por sua vez, não os responsabilizam pela ação violenta. Por último, as críticas consideram os programas pouco efetivos, pois se centram na interpretação dos resultados insatisfatórios e de pouco alcance.

É possível apresentar razões para o alargamento de tais intervenções. Ponce Antezana (2011) revela que as mulheres que estão em situação de violência demandam este tipo de ação voltada para os homens, visando a responsabilizá-los pelas violências perpetradas e a desconstruí-las; que, entre as mulheres que sofrem com a violência, é possível perceber muitas que mantêm convivência com os homens que cometeram violências contra elas; e que muitos homens, mesmo com o rompimento da relação violenta, passam a reproduzir condutas violentas em outras relações íntimas e de afeto estabelecidas (Tolman & Edleson, 1995), motivo pelo qual se torna necessário intervir junto a eles. Por fim, intervir junto aos homens se propõe à interrupção da transmissão intergeracional da violência aos filhos, ante os modelos relacionais violentos (Ponce Antezana, 2011).

O panorama de intervenção junto a HAV na América Latina (Toneli et al., 2010) registra um número reduzido de programas, com metodologias e perfis diversificados, mapeados em países como Argentina, Honduras, México, Nicarágua e Peru. No Brasil, atualmente, há 25 programas de intervenção junto a HAV, sendo a Lei 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, um marco importante à sua existência, embora alguns tenham iniciado antes desta legislação como indicado no estudo de Beiras (2014). Nesta pesquisa identificamos quatro programas em Minas Gerais e propomos, aqui, a sua caracterização e a apresentação das bases teóricas e metodológicas das políticas de intervenção²; interessou-nos saber

como os profissionais que atuam em tais intervenções concebem os homens que exercem violência contra as mulheres. Como destacado anteriormente, a média de feminicídios em Minas Gerais ultrapassa a média nacional.

É recente a discussão sobre a intervenção junto a HAV, porém, na Lei 11.340/06, já estava previsto o trabalho com tal público. Esta investigação busca contribuir para a discussão de tais diretrizes e as formas como tem orientado as intervenções junto a HAV. A Lei Maria da Penha, em seu Art. 30, prevê o desenvolvimento de trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas, voltados à mulher ofendida, ao homem agressor e aos familiares, com especial atenção às crianças e aos adolescentes. Além disto, o Art. 35, em seu inciso V, institui a criação e a promoção de centros de educação e de reabilitação para os agressores. A forma como esses centros devem se organizar não estão detalhados na legislação. Compreender como as intervenções têm sido implementadas em Minas Gerais possui relevância tanto para o contexto brasileiro quanto para o latino-americano já que tais políticas são relativamente recentes na região já que o estudo de uma região pode contribuir para a compreensão do enfrentamento à violência contra as mulheres em contextos distintos.

Pesquisar o trabalho de intervenção junto a homens se torna relevante também, por ser tema de discussão atual, articulado com a legislação nacional (Lei Maria da Penha) que trata da violência doméstica contra as mulheres e, ao mesmo tempo, um campo aberto para a formulação de proposições e práticas a serem adotadas. A escolha do campo da intervenção se justifica, também, pela sua associação com debates no campo da psicologia social, campo teórico no qual esta pesquisa está embasada, e que, há mais de 30 anos, tem buscado produzir uma ciência atenta aos problemas concretos das sociedades latino-americanas (Huning, Medrado, Bernardes, Souza, & Kind, 2016; Jacó-Vilela, 2007; Lane, 2002; Lima, 2008; Sandoval, 2002). Interrogamos acerca dos pressupostos epistemológicos, teóricos e metodológicos que

² *Política de intervenção* (Paiva, Stralen, & Costa, 2014) é definida aqui como um conjunto de princípios,

atividades, metodologias que embasam e orientam a intervenção, no caso em questão, com homens.

tem fundamentado o trabalho de intervenção junto a HAV. Como esses pressupostos determinam a interpretação do fenômeno da violência contra as mulheres e quais as consequências de tal uso para os direitos das mulheres.

Breve Panorama das Intervenções Junto a Homens Autores de Violência Doméstica Contra as Mulheres

A invisibilidade da violência contra as mulheres é uma constante em diversas sociedades. Em decorrência das lutas feministas históricas em torno dos direitos humanos, a forma diferenciada como a violência atinge as mulheres ganhou visibilidade e reconhecimento. A partir da década de 1970, as mobilizações feministas, no contexto norte-americano, denunciaram a falta de recursos para apoiar as mulheres em situação de violência e a ausência de sanções para homens que cometiam violência física ou sexual contra elas (Tolman & Edleson, 1995). No Brasil, a violência doméstica contra as mulheres passou a ser focalizada, principalmente, a partir das mobilizações feministas da década de 1980, fazendo denúncias quanto ao tratamento enviesado proporcionado pela justiça (Heilborn & Sorj, 1999). De acordo com Pasinato e Santos (2008), a violência doméstica contra as mulheres se tornou paradigmática para o feminismo. Desde então, passou-se a observar desdobramentos positivos, tais como a criação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM).

No município de Belo Horizonte (MG/Brasil), foi no ano de 1985 que se deu a criação da primeira DEAM do Estado, mesmo ano de criação da primeira do país, na cidade de São Paulo. As delegacias se tornaram, naquela circunstância, a principal política pública voltada ao enfrentamento do problema, havendo, posteriormente, no ano de 2000, um redimensionamento dos serviços da rede com a formulação da Política Nacional de Enfrentamento (Pasinato & Santos, 2008) que exigirá a implementação de serviços de proteção, ações de prevenção, etc. O primeiro programa de intervenção neste campo, o EMERGE – Counseling and Education to Stop Domestic Violence-, surgiu em Boston (EUA), em 1977, a partir de grupos de homens acadêmicos e seu alinhamento com o feminismo. De acordo com Tolman e Edleson (1995), a intervenção junto a

homens passou a ser desenvolvida como parte de um movimento maior: de abordagem dos direitos e das necessidades das mulheres em situação de violência. Ainda que a violência ocasionasse o rompimento da relação, os homens reproduziam os comportamentos violentos com outras parceiras.

Em 1981, na cidade de Duluth, em Minnesota, EUA, passou a ser desenvolvido o DAIP – Domestic Abuse Intervention Project–, que se articulava com o judiciário, voltando-se para a segurança das mulheres e visando à responsabilização dos homens. Segundo Boira e Marcuello (2010), os profissionais deste programa contaram, inicialmente, com a assessoria dos técnicos do EMERGE. Tal iniciativa pretendia partir de uma abordagem que integrasse a comunidade como tendo um papel-chave na abordagem da violência. Em interlocução com o feminismo, passaram a integrar a intervenção junto a HAV em um contexto global de enfrentamento à violência contra as mulheres, desta forma, emergindo uma nova estratégia de abordagem do fenômeno. A partir de então, ainda no início da década de 1980, este trabalho se propagou para vários países, com metodologias de intervenção semelhantes às dos programas norte-americanos, passando, depois, para a Europa, especialmente nos países nórdicos. A América Latina, também, começou a seguir tal perspectiva; os primeiros trabalhos desenvolveram-se no México, a partir de 1990, e, a partir daí, expandiram-se para outros países latino-americanos (Toneli et al., 2010).

Em 2003, a Organização Mundial da Saúde publicou *Intervening with Perpetrators of Intimate Partner Violence: A Global Perspective* (Rothman et al., 2003) um mapeamento dos programas de intervenção junto a homens em diferentes países do mundo. A pesquisa se estendeu a 38 países, nos quais foram identificados 74 programas, dos quais 56 se intitularam como programas de intervenção junto a HAV (Rothman et al., 2003). O estudo, também, investigou as organizações que abrigavam os serviços, as concepções sobre as causas da violência empregadas pelos programas, suas metodologias e os temas recorrentemente tratados na intervenção. Identificou-se que o fenômeno da violência masculina contra as mulheres é complexo e multidimensional e, deste modo, é abordado a partir de diferentes vertentes teórico-explicativas. Entre os pro-

gramas brasileiros, 89,5% revelaram o uso da perspectiva de gênero com enfoque nas mulheres; 68,4% dos estudos de masculinidades; 68,4% dos direitos humanos; 47,4% do feminismo e da perspectiva psicoeducativa; 26,3% da perspectiva sistêmica, com perspectivas múltiplas; 10,5% da abordagem psicanalítica; e 5,3% da clínica comportamental (Beiras, 2014).

Frete a tal heterogeneidade, há uma tensão no campo teórico-metodológico que reflete a interpretação do problema da violência contra as mulheres e que influencia o enfoque utilizado para superá-lo. Ao mesmo tempo, tais enfoques empregados interferem nos horizontes da transformação das práticas violentas que os homens (re)produzem. Portanto, é preciso compreendermos os pressupostos utilizados nas intervenções pesquisadas a fim de colaborarmos na construção de um quadro crítico-argumentativo que auxilie o debate sobre as práticas de enfrentamento até então desenvolvidas. Neste campo, nota-se forte influência do saber biomédico e jurídico, refletida nas concepções patológicas e criminalizantes dos homens (Beiras, 2014; Bonino, 2009). Também, observa-se como concepções profissionais advindas do saber do senso comum podem evidenciar forte associação com os estereótipos e as crenças que legitimam e naturalizam a violência (Cavalcanti, Gomes, & Minayo, 2006). Buscamos investigar as bases teórico-metodológicas das políticas de intervenção em quatro instituições no Estado de Minas Gerais, Brasil, procurando manter uma postura crítica em relação aos princípios da ciência moderna, que tem sido questionada no tocante à legitimação de diversas desigualdades e exclusões (Barrett & Phillips, 2002; Haraway, 1995; Lino & Mayorga, 2016; Mayorga, 2011; Mayorga, Ziller, Magalhães, & Silva, 2010; Phillips, 2002).

Método

O método usado nesta pesquisa foi de cunho qualitativo. Por meio de inserção na *Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher de Minas Gerais*, que possibilitou a identificação de quatro instituições no estado que atuam com HAV, realizaram-se entrevistas semiestruturadas com um gestor e um técnico de cada um dos quatro programas de intervenção junto a HAV, identificados em Minas Gerais, Brasil. Foi

feita também análise documental dos sites institucionais, mas que não serão apresentados neste artigo. A pesquisa utilizou entrevistas semiestruturadas para coleta das informações e análise qualitativa de conteúdo das entrevistas realizadas (Nascimento & Menandro, 2006). As categorias de análise emergiram a partir da leitura do material teórico sobre as intervenções junto aos homens, buscando compreender as bases teóricas e metodológicas que norteiam o trabalho (Flick, 2004).

Para a identificação dos programas de intervenção junto a HAV, realizamos, como dito anteriormente, um levantamento exploratório (Minayo, 1999), com o objetivo de, também, selecionar a melhor estratégia da entrada em campo. A aproximação com a Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher de Minas Gerais foi a estratégia metodológica utilizada e buscamos indagar ao grupo de profissionais, mensalmente reunido, sobre seus conhecimentos acerca de seus serviços e de seus contatos institucionais/profissionais. Tal rede é um organismo intersetorial e interinstitucional que opera, desde 2006, junto a órgãos governamentais e não governamentais que enfrentam o problema da violência contra as mulheres com o propósito primário de fortalecer e de consolidar a rede de atendimento às mulheres em situação de violência (Coelho, Figueiredo, & Silva, 2008).

Procedemos, então, atentando às orientações sobre ética em pesquisa³, à interação com as representantes de variados órgãos ligados diretamente ao enfrentamento da violência doméstica contra a mulher, na referida rede. O levantamento de informações sobre os quatro serviços identifi-

³ A pesquisa em questão cumpriu todas as exigências éticas de pesquisa com seres humanos, como previsto na legislação brasileira. Foi cadastrada, analisada e aprovada pela Plataforma Brasil que consiste em um sistema eletrônico criado pelo Governo Federal para sistematizar o recebimento dos projetos de pesquisa que envolvam seres humanos nos Comitês de Ética em todo o país (Processo número: CAAE: 38881814.1.0000.5149). Foi apresentado o termo de consentimento livre e esclarecido aos entrevistados no qual foram apresentados os objetivos da pesquisa, previu-se o anonimato dos entrevistados e garantiu-se o direito de sair da pesquisa em qualquer momento que o entrevistado julgasse necessário.

cados contou com os procedimentos das entrevistas e das consultas aos documentos disponibilizados nos sites das entidades na internet⁴. Realizamos uma caracterização dos serviços quanto aos seus objetivos, às formas de financiamento, ao trabalho em rede, à metodologia de trabalho, aos fluxos de encaminhamento, a outros atendimentos realizados na entidade, ao sistema de avaliação e ao uso dos resultados. O roteiro no qual se baseou a entrevista teve, como eixos: a) a trajetória profissional dos principais envolvidos no trabalho; b) a concepção sobre os homens atendidos; e c) a concepção sobre a violência e a relação dos homens com mulheres no contexto de intimidade e conjugalidade.

A definição das categorias analíticas adotou, como ponto de partida, a concepção de Ponce Antezana (2011), que identifica quatro principais enfoques ou modelos de intervenção junto aos HAV e seus pressupostos teóricos subjacentes indicados na introdução deste texto. Dessa forma, buscamos ter acesso ao conjunto de princípios, atividades, metodologias que embasam e orientam a intervenção com homens, possibilitando alcançar aspectos relacionados às políticas de intervenção das organizações.

Resultados e Discussão: Os Serviços de Intervenção Junto aos HAV em Minas Gerais

Como indicamos anteriormente, nossa inserção na Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher de Minas Gerais possibilitou que identificássemos quatro serviços de intervenção junto aos HAV em Minas Gerais. A seguir, faremos uma discussão dos programas investigados e dos principais apontamentos acerca de suas posições teórico-metodológicas, considerando a compreensão sobre os homens e sua relação com a violência, os métodos utilizados para a intervenção junto a eles e a compreensão sobre a mudança dos HAV (Álvarez, 2001).

Programa de Educação e Responsabilização para Homens Autores de Violência Doméstica contra a Mulher na Comarca de Pouso Alegre –MG (PERH)

⁴ Neste artigo não vamos nos deter no material dos sites e focaremos na análise das entrevistas.

Este serviço é desenvolvido pelo setor psicossocial do Tribunal de Justiça da comarca de Pouso Alegre/MG, em parceria com a ONG CIAMPAR (Centro Integrado de Apoio à Mulher de Pouso Alegre e Região), tendo iniciado suas atividades no ano de 2012. O fluxo de encaminhamento dos participantes ao programa, segundo a facilitadora entrevistada, ocorre somente nos casos específicos da Lei Maria da Penha, quando os juízes e os promotores identificam a competência do programa para a intervenção junto aos HAV. Desde a audiência com o juiz, realizada em conjunto com advogados e promotores, é ofertada, aos HAV, a participação voluntária no grupo. Assim, os casos são direcionados ao setor e, lá, realizados atendimentos de triagem, tanto com os autores de violência quanto com suas vítimas. Além do fornecimento da primeira escuta do caso e do acolhimento dos envolvidos, são explicadas, aos HAV, as características do grupo, verificando seu interesse de participação. Deste modo, eles decidem se querem prosseguir ou recusar sua participação no grupo, sendo que, neste último caso, são-lhes oferecidas opções, tais como o pagamento de penas pecuniárias. Por meio da triagem, a equipe analisa, também, a pertinência da indicação de participação do HAV nas atividades indicadas.

De acordo com a coordenação do programa, este serviço tem, como objetivo, trabalhar na prevenção da reincidência da violência por meio de estratégias educativas. O programa propõe 16 encontros semanais, com duração de duas horas para cada. A equipe de facilitadores é estruturada com um coordenador (facilitador central), dois cofacilitadores e um observador. O facilitador central é o responsável pela abordagem de temas relacionados à violência contra a mulher, enquanto os demais lhe fornecem apoio, acrescentando, vez ou outra, alguma discussão. Por meio do trabalho com grupos fechados, os temas trabalhados variam de acordo com um rol específico, elaborado previamente, mas rearranjados posteriormente, mediante as questões levantadas pelos participantes. O tema da Lei Maria da Penha é, recorrentemente, abordada pela equipe de facilitadores, tendo em vista perceber dificuldade de entendimento por parte dos HAV. Alguns temas, como a pensão alimentar e a educação dos filhos, também, são recorrentes.

De acordo com os temas levantados nos encontros grupais, também, são realizados atendimentos individualizados adicionais com os HAV e, decorrentes deles, encaminhamentos ao próprio juiz das varas e/ou a outros serviços da rede, tais como o CAPS-AD –Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas e o Ministério Público do Estado de MG–. Paralelamente, a profissional entrevistada apontou que, durante a realização dos encontros, a equipe centra sua escuta nos relatos de vida dos HAV, de modo a verificar intercorrências relevantes, tais como novas situações de violência.

Ao analisarmos as principais motivações dos HAV para os atos violentos conforme a explicação dos profissionais, notamos que estiveram presentes aspectos cognitivos e pedagógicos. O material analisado indicou uma concepção de que os HAV “não sabem” se relacionar nem lidar com as emoções. Por sua vez, notamos que o depoimento da profissional facilitadora dos grupos relacionou uma “pressão social interna” e uma reação da qual eles “não têm consciência” a uma emoção não passível de controle:

... em minha opinião, é um não saber, um não saber se relacionar, ... um não saber lidar com as emoções, pressão social interna. Então, isso é uma reação. Acredito muito que eles não nem têm consciência: é uma inabilidade, é uma forma trágica de resolver uma situação, um conflito, uma dor, um sofrimento, ou essa questão de você achar que só resolve as coisas através da violência (profissional do PERH, 35 anos).

Assim, notamos convergências do depoimento que nos remetem a reconhecer a adoção, por parte dos programas, dos modelos cognitivo-comportamental e psicopatológico nas intervenções junto aos HAV (Ponce Antezana, 2011). O modelo cognitivo-comportamental entende que os homens agredem porque adquiriram ideias equivocadas sobre a realidade em seu processo de aprendizagem. A violência é entendida como funcional, isto é, como meio de redução da tensão e do mal-estar advindos da perda de controle e de poder sobre a situação. A violência está associada a uma “falta de controle” do indivíduo, resultado de suas ideias erradas. Segundo Ramírez (1997), as explicações psicopatológicas mais comuns

expressam que o homem sofre uma disfunção psicológica que lhe faz sentir vulnerável, inseguro e com baixa autoestima. Assim, ele terá de compensá-la por meio da violência diante da parceira, para afirmar seu valor. Em muitos casos, a busca de explicações da violência remete à origem de tal insegurança à sua infância e aos problemas que presenciou em seu desenvolvimento. Os profissionais corroboram a ideia de que, por presenciá-la, provavelmente, o homem será violento. Ao tratar seu problema psicológico, o homem renunciará à violência, pois a causa de suas reações agressivas será resolvida.

De acordo com Ponce Antezana (2011), ambos modelos concebem um sujeito herdado de um modernismo solipsista, isto é, cognitivo, essencializado, categorizado e determinado por fatores de risco. Segundo ele, tal sujeito racional, mais concebido como objeto do que como sujeito, tem sua visão de mundo controlada e passível de ser predita. Neste sentido, é estabelecida uma relação em que a coordenação sabe a realidade dos participantes, mas eles não a sabem, haja vista adotarem pensamentos e papéis distorcidos –motivo pelo qual precisam ter tais pensamentos e papéis corrigidos pela intervenção.

Quando os entrevistados se referiram às causas da violência, empregaram os termos cultura de violência e violência humana, isto é, aquela que seria própria do ser humano, não uma violência atrelada às relações de gênero. Parece haver um “apagamento” dos efeitos da assimetria de gênero. Os questionamentos realizados à luz da epistemologia feminista nos convidaram a interrogar tal concepção de *gênero neutro*, implicada nas estratégias explicativas dos profissionais, denunciando o risco dos universalismos da humanidade, pois eles podem incidir em análises do indivíduo unicamente como masculino (Barrett & Phillips, 2002; Phillips, 2002).

Ao analisarmos os depoimentos dos profissionais, observamos elementos que sinalizaram aproximações com essencializações e estereótipos masculinos. Defrontamo-nos com referências aos HAV como “os bandos” e “os periféricos”, no contexto de argumentação de que o fato de estarem desempregados os aproximaria da violência. Tal concepção faria com que a subcidadania (Souza, 2003) ocorresse amalgamada com o exercício da violência, tornando fixas algumas características dos HAV, naquele contexto. Assim,

destacam-se as concepções dos profissionais acerca das experiências dos HAV, que partem de noções essencializantes, enquadrando as dinâmicas da violência dos HAV contra as mulheres e o lugar do “homem-pobre-violento” como frutos da associação entre pobreza, violência e criminalidade. Problematicamos, aqui, os limitados horizontes da concepção sobre a possibilidade de transformação dos HAV diante do processo de mudança almejado. É válido destacar que, no próprio texto da Lei Maria da Penha, identificam-se estereótipos, dicotomias, criminalização e vitimização, que partem do eixo dicotômico e maniqueísta acerca do homem-maltratador versus mulher-vítima (Beiras, Moraes, Alencar-Rodrigues & Cantera, 2012).

Projeto Dialogar –DEAM/Polícia Civil do Estado de Minas Gerais

O projeto iniciou suas atividades no ano de 2010 e tem por objetivo a prevenção à violência contra as mulheres e a redução de crimes contra elas. Tal objetivo institucional, segundo os profissionais entrevistados, refere-se aos trabalhos inseridos na DEAM e, portanto, está vinculado à pasta de segurança pública estatal. Porém, o profissional facilitador dos grupos de HAV mencionou que o objetivo vai além do aspecto legal, voltando-se, igualmente, à produção de subjetividades, com olhares diferenciados às mulheres e aos próprios HAV, deslocados do machismo e do sexismo. Tal objetivo perpassa a desconstrução da ordem social, desigual entre homens e mulheres.

Sua metodologia de intervenção prevê formato grupal fechado e 10 encontros semanais, de duas horas de duração, cada. O facilitador informou que, nos grupos, geralmente, participam 10 homens, pois os espaços da instituição não comportam número maior. A facilitação dos grupos acontece com a participação do psicólogo entrevistado, uma assistente social e outra psicóloga. Entre os diversos temas trabalhados, em destaque, estão os direitos das mulheres, abordados de forma estratégica para inserir o debate sobre a Lei Maria da Penha.

O fluxo de atendimento dos HAV ao projeto se estabeleceu a partir dos encaminhamentos feitos pela vara criminal do Judiciário. Assim que os HAV chegam, a equipe do projeto realiza o acolhimento e sua escuta individual e preenchem um formulário padrão de atendimento. Neste

momento de acolhimento, segundo o profissional entrevistado, os HAV assinam um termo de compromisso como previsto na Lei Maria da Penha, para entenderem o embasamento legal de sua participação. Ainda no acolhimento, são apresentadas a eles as regras de funcionamento do grupo (tempo de duração, dinâmica das atividades, papéis dos participantes, etc.), sobre seu descumprimento e sobre as faltas. Eles também recebem orientação jurídica no tocante a outros assuntos, tais como pensão alimentícia e visitas aos filhos.

Com relação ao trabalho em rede, os entrevistados esclarecem que a delegacia, como um todo, integra a Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica contra a Mulher e, portanto, participa de ações e de projetos coordenados, o que inclui discussão e encaminhamentos de casos, reuniões mensais, seminários anuais, entre outras ações. Há, também, uma parceria com o plantão da Defensoria Pública do Estado em casos nos quais há a possibilidade de atendimentos, que, com frequência, tratam de questões da área de família. O projeto, igualmente, mantém ligação com universidades, que lhe encaminham estagiários, desta forma, desenvolvendo, na delegacia, um campo de formação e de extensão. Finalmente, quando necessário, a equipe realiza encaminhamentos para centros clínicos, para que os HAV se submetam a psicoterapia.

Além dos dois grupos com HAV, são desenvolvidos outros dois grupos formados por mulheres, sendo um deles composto por voluntárias, e o outro obrigatório, associado a medidas judiciais: de acordo com o profissional entrevistado, elas, também, podem ser enquadradas na Lei Maria da Penha, sendo, geralmente, encaminhadas aos grupos por cometerem violência contra suas mães, irmãs e companheiras. Por sua vez, o grupo composto por voluntárias, eventualmente, recebe as mulheres agredidas que mantiveram relacionamento com HAV que têm cumprido, paralelamente, a medida judicial nos grupos.

Após a análise dos casos pela equipe técnica, são oferecidos os serviços acima referidos, os quais, segundo o psicólogo facilitador, têm o caráter de acompanhamento, que ocorre durante os 10 encontros nos quais os HAV cumprem a medida judicial. Caso seja identificada uma demanda com caráter psicoterapêutico, a equipe do serviço realiza encaminhamentos para a rede especializada. Há, ainda, o grupo que presta, es-

pecificamente, atendimentos a mulheres vítimas de violência sexual. Este grupo é formado por mulheres cuja agressão, geralmente, cometida na rua, foi perpetrada por HAV desconhecidos, com os quais elas não estabeleceram relação contínua e de afeto.

Identificamos um sistema de avaliação do projeto que é feito com a participação dos HAV. Ao final do ciclo de 10 encontros previstos com cada grupo fechado, é solicitado, aos HAV, que respondam a uma pergunta: "o que nós estamos fazendo de nós mesmos, neste exato momento?" com intuito de refletirem sobre si e sobre o processo vivido no grupo. Posteriormente, há a sistematização dos dados coletados. Os resultados são repassados para a análise da supervisão do trabalho e, ainda, para a avaliação do poder judiciário. Outra importante forma de avaliação do projeto considera a reincidência da violência. Após seis meses, contados a partir do início da participação dos HAV no grupo, são realizadas consultas sobre reincidência da violência no Registro de Evento de Defesa Social –REDS– do sistema informatizado da Polícia Civil. Tal análise não se restringe à companheira afetiva íntima, mas se associa, também, aos casos de violência contra filhas, mães e irmãs, por exemplo. Paralelamente, a equipe da delegacia realiza contatos telefônicos com as ex-companheiras de todos os HAV.

O Projeto Dialogar evidenciou concepções fundamentadas na perspectiva de gênero. Há ênfase no processo de socialização de gênero. Identificamos que as concepções expostas do projeto são associadas aos modelos pró-feminista e psicoeducativo das intervenções junto aos HAV (Ponce Antezana, 2011), pois a violência é concebida como tendo cunho social e político, motivo pelo qual associa a intervenção a uma transformação sociopolítica de maior amplitude. Dado que as metas reveladas do projeto se basearam no rompimento do ciclo da violência, é importante discutir os resultados do seu trabalho em termos de impacto em tal ciclo. Os HAV podem, também, veicular jogos de poder a partir da posição hegemônica da masculinidade, apresentando-se como vítimas e justificando sua ação violenta (Natividade, 2012; Oliveira, 1998; 2004). Assim, a avaliação dos resultados alcançados pelo projeto deve demandar investigação cuidadosa das respostas ante a pergunta reflexiva empregada.

Neste sentido, é importante discutir a outra forma de avaliação da intervenção, realizada por meio de consultas sobre reincidência no REDS. Uma das questões investigadas era sobre como tal avaliação poderia abarcar os micromachismos (Boniño, 2009) perpetrados pelos HAV, costumes que não necessariamente perpassam o crivo penal ou que passam despercebidos pelo sistema jurídico. O sistema do REDS abarca as violências passíveis de sanção penal, ao passo que há outras dimensões da vida cotidiana e naturalizadas na cultura que ficam de fora de tal enquadramento e que acarretam sérios danos às mulheres.

Destacamos que a intervenção, naquele contexto, sugeriu um ambiente relacional da equipe de facilitadores e os integrantes grupais a partir de uma realidade coconstruída. Quando o entrevistado afirmou que seria necessário que os homens se voltassem para o rompimento das aprendizagens, dos imperativos relacionados ao machismo e ao sexismo presentes na sociedade, ele mesmo passou a se incluir em tal contexto. Também, explicitou o conflito que sua inclusão produz: "muitas vezes, nós, também, porque isso está tão disseminado, aí na mídia e na nossa educação, que nós não percebemos que, ora a gente é machista, ora a gente é feminista. Nós reproduzimos o próprio discurso que nós somos contra" (profissional do Projeto Dialogar, 38 anos). O seu depoimento corrobora o viés de leitura constantemente realizado na sua entrevista, que associa a violência a um ordenamento social mais amplo, marcado por lógicas patriarcais e machistas no qual ele está inserido como homem socializado. É importante destacar que, ao reforçar a perspectiva da "conversa" entre coordenação e HAV a partir de algo que lhes é comum, a masculinidade e a feminilidade, ele pôs em evidência uma realidade coconstruída, típica de abordagens construtivistas (Beiras et al., 2012; Ponce Antezana, 2011). Ao mesmo tempo, quando se refere ao ambiente relacional da intervenção a partir de uma realidade compartilhada, ele sugere uma desconstrução da hierarquia de saberes (Santos, 2007). Além disto, quando destaca a conversa a partir do que há em comum entre os atores sociais daquele contexto, da violência e dos aspectos de construção do masculino e do feminino, retoma o enfoque psicoeducativo do modelo pró-feminista (Ponce Antezana, 2011). Os trabalhos sociais e os grupos educativos, neste tipo de perspectiva, figuram

como ferramenta de trabalho, e, neles, se tematiza a correlação do ato violento como parte de um padrão de comportamento abusivo, sem, no entanto, entendê-lo como incidente isolado.

Projeto Laços –ONG ABAN– Associação dos Amigos

Tal associação foi fundada no ano de 1997, tendo o Projeto Laços começado suas atividades no ano de 2008. O objetivo do serviço de intervenção, como foi destacado pelo seu diretor, pode ser alcançado, necessariamente, apenas a partir de sua integração na rede intersetorial local. Por este motivo, informa que a entidade participa, mensalmente, de uma reunião da Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica contra a Mulher no município. Entre os participantes destacados da rede, estão a DEAM, a Casa da Mulher, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), e representantes do poder judiciário. O estreitamento maior acontece, porém, segundo o diretor, com o Centro de Prevenção à Criminalidade (CPC), que executa a política estadual de prevenção à criminalidade, e com o Juizado Especial Criminal.

A metodologia de trabalho prevê a participação dos HAV em oito encontros semanais, com duração de uma hora e meia, cada. O formato grupal é aberto, isto é, há HAV, frequentemente, iniciando e terminando o ciclo de oito encontros. Segundo o diretor, cada configuração de grupo tem o seu perfil, inclusive, por causa da resistência, de alguns membros, de tratar de alguns assuntos da vida privada. Assim, os temas trabalhados, nos encontros, não seguem uma proposta rígida, pois parte do planejamento é flexível, de modo que, em um grupo de 20 temas, escolhem oito para trabalhar, nos encontros, conforme uma demanda variável.

Não foi identificado um sistema de monitoramento e de avaliação no Projeto Laços. De acordo com sua coordenadora, porém, em outro projeto que pretende retomar, há intenção de aplicação de questionários fechados, tanto no início da participação dos HAV, quanto ao final dos ciclos de oito encontros, visando a avaliar o impacto da intervenção junto aos HAV. O objetivo de tal avaliação, segundo ela, também é elaborar o perfil socioeconômico dos HAV, conhecer sua percepção sobre as formas de violência e compreen-

der alguns aspectos da sua participação no grupo relacionados à reflexão sobre si e sobre o processo de intervenção. A pretensão do uso dos resultados seria a avaliação interna, isto é, das técnicas e dos métodos utilizados e, ainda, o desenvolvimento de pesquisas e escrita de artigos.

No Projeto Laços, as bases teórico-explicativas evidenciaram linhas pedagógico-comportamentais, psicopatológicas e assentadas na perspectiva de gênero para a explicação das causas da violência masculina. Ao abordarmos a coordenadora do projeto e a sua concepção sobre os HAV e o motivo pelo qual cometem violência, ela revelou:

... eu acho que pode ser porque eles aprenderam a resolver desse jeito. Pode ser uma perda do controle, ali, em uma situação. Pode ser um transtorno mental, um transtorno de personalidade. ... Pode ser como eu te falei: “eu cresci acreditando naquilo, cresci vendo meu pai batendo na minha mãe; então, puxa, isso passa a ser normal”. Alguns vão achar que é normal; outros vão odiar aquela situação e vão ser totalmente contrários (coordenadora do Projeto Laços, 29 anos).

No seu depoimento, ela explicita a relação da violência com a aprendizagem, destacando a possibilidade de perda de controle e de transtorno de personalidade. Notamos, de forma simultânea, a adesão a um viés pedagógico-comportamental e psicopatológico para a explicação das causas da violência. Uma vez que o Projeto Laços se fundamenta nas técnicas da teoria cognitivo-comportamental para o controle da conduta violenta dos HAV, destacamos a técnica de *time out*, que se baseia na retirada do homem da cena de ocorrência da violência.

Uma vez que os etiquetamentos psicopatológicos contribuem para os sentidos e os usos populares da violência masculina (Bonino, 2003), problematizamos o risco da adoção de um sentido essencializado dos HAV, pois fixa neles, de forma categórica, um prazer perverso no exercício da violência praticada. Tal essencialização remete à acepção dos HAV como “inimigos das mulheres” e impõe limites ao horizonte de sua transformação. Neste sentido, enfatizamos a perspectiva das masculinidades, entendidas como práticas,

pois concordamos que não encerram a noção de que os HAV são perversos, dando, igualmente, abertura para a consideração de outras dimensões humanas. Assim, a identificação das crenças e das condutas poderia configurar uma estratégia eficaz, pois não parte de noções essencializantes ou estereotipadas a respeito dos HAV.

A perspectiva de gênero aparece relacionada aos papéis exercidos pelos sujeitos ou a uma dimensão cognitiva. Assim, notamos um certo reducionismo de tal perspectiva, que perde suas dimensões relacionais e a(s) análise(s) das relações de poder (Medrado & Lyra, 2008; Ponce Antezana, 2011). Neste sentido, o emprego da perspectiva de gênero sem um enfoque nas relações de poder revela sua despolitização (Mayorga, Beraldo, Amaral, Borges, & Santos, 2016). Tal perspectiva, associada à leitura feminista, poderia contribuir para a compreensão da violência masculina atrelada a uma organização social mais ampla, na qual as masculinidades estão inseridas, isto é, como posições nos arranjos de gênero.

Programa ANDROS –Homens Gestando Alternativas para o Fim da Violência– ONG Instituto ALBAM

O instituto ALBAM foi fundado no ano de 1998 e o programa ANDROS passou a ser desenvolvido a partir do ano de 2005. A intervenção da entidade, tendo o formato de grupo reflexivo com caráter psicoeducativo, objetiva a responsabilização dos HAV. O profissional entrevistado da entidade destacou a polissemia do termo responsabilização e enfatizou que tal objetivo busca ser cumprido por meio de um movimento intersubjetivo, realizado pelos HAV e ser alcançado por meio da compreensão do lugar do outro, fomentada pela intervenção do serviço. Tal movimento busca promover o entendimento das dimensões políticas e sociais e, também, do machismo. A diretora da entidade ressalta que tal objetivo de responsabilização dos HAV perpassa o desvelamento das suas formas de violência.

Um aspecto relevante dos objetivos descritos pelos profissionais é que o espaço de escuta do programa permite a consecução de outros objetivos, em razão da responsabilização, com destaque para o exercício da paternidade responsável, as mudanças na maneira de resolverem conflitos e de se relacionarem com as mulheres, sobretudo,

tendo em vista a sua ocupação no espaço doméstico.

A metodologia de trabalho do Programa ANDROS prevê a participação dos HAV em um grupo aberto, no qual os HAV iniciam e finalizam sua participação à medida que, individualmente, cumprem os 12 encontros previstos. Tais encontros grupais são realizados semanalmente e têm a duração de duas horas. A coordenação dos grupos é estruturada de maneira a prever sempre a participação de um homem e de uma mulher, o que, segundo o profissional entrevistado, cumpre a função de projetar a imagem de um relacionamento equitativo e respeitoso, deste modo, potencializando um sentido vicariante da aprendizagem. Entre os vários temas trabalhados, a diretora revela que alguns são centrais, tais como os relacionados à socialização de gênero, à paternidade, à diversidade sexual, à resolução pacífica de conflitos e ao desvelamento da desigualdade de gênero e dos tipos de violência. O profissional entrevistado revela que a principal estratégia utilizada em tais grupos é o diálogo sobre as histórias de vida dos HAV, por meio do qual são tematizadas reflexões de maior amplitude, para além de um olhar individualizado sobre as questões.

A entidade se insere na Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica contra a Mulher do Estado de Minas Gerais, participando de reuniões mensais, que incluem discussão e encaminhamento de casos, seminários anuais e outras ações coordenadas. Quando da participação dos HAV nos encontros grupais, caso seja identificada a necessidade de outros serviços, tais como orientação jurídica, orientação para o mercado de trabalho e tratamento de dependência química ou de alcoolismo, há articulação com as equipes técnicas do Programa Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas (CEAPA), que mantém ligação com diversas redes de serviços. O serviço, também, presta atendimentos individuais aos HAV, que, no decorrer da realização das intervenções grupais, demandam tal abordagem.

Não se identificou um sistema de avaliação realizado pela entidade. Entretanto, houve uma tentativa de análise mediante a criação de um *indicador de meio* –e, portanto, não finalístico–, que verificou um índice de cumprimento dos encontros previstos no programa. Tal análise revelou que, entre os aproximadamente 1.300 HAV que passaram pela intervenção, desde o seu

início, em 2005, um percentual de 88% deles chegou a finalizar os 16 encontros. Geralmente, ao final dos encontros, há a elaboração de um relatório de cumprimento e/ou de descumprimento da medida judicial, elaborado pelos profissionais da entidade, cujos números percentuais foram supracitados. Os entrevistados revelaram interesse em realizar a avaliação da intervenção com um rigor metodológico maior. Tais avaliações proporcionaram mudanças na formação dos grupos, no acolhimento inicial de alguns HAV e na intensificação das ações com as redes de tratamento de alcoolismo e de drogas.

Conquanto não tenha sido objeto de sistematização, ao final da sua participação nos encontros, os HAV realizavam um resumo da avaliação final de sua experiência nos grupos. Os profissionais entrevistados revelavam, então, que passaram a considerar as críticas positivas dos HAV sobre sua participação nos encontros. Há, ainda, outro espaço criado na audiência realizada no Juizado Especial Criminal, denominado Audiência Multi-transatores, no qual os HAV submetidos à Lei 9.099/95 são convidados a se manifestarem no tocante à sua passagem pelo programa. Segundo ele, os HAV fizeram críticas positivas ao projeto, que foram consideradas pela equipe do Instituto ALBAM como um reflexo e um claro indicativo do cumprimento da medida.

A posição teórico-metodológica do Programa ANDROS revelou concepções baseadas na perspectiva de gênero sobre as causas relacionadas ao campo da socialização masculina e feminina, em que a teoria feminista é identificada como importante aporte. Ao considerarmos a polissemia da categoria *machismo*, problematizamos seu sentido essencializado. Assim, diante da explicitação de uma destacada complexidade formativa do sujeito, identificamos reflexões sobre as dimensões formativas das relações de poder para o HAV, ampliando a perspectiva de mudança por parte dos HAV. Os debates evocados por tal proposta de leitura estiveram direcionados à desconstrução dos essencialismos, perpassando a concepção das masculinidades, distanciada de perspectivas que reforçam o maniqueísmo, o esquema simplista entre bem e mal na compreensão dos HAV e da violência. Desta forma, observamos uma significativa repercussão das concepções sobre os HAV e a violência nas estratégias metodológicas adotadas pelo serviço. O programa destacou a prática

de intervenção calcada na dupla via da escuta, que tem relação com a compreensão do espaço relacional grupal como importante ambiente para expressão e acolhimento dos afetos e sentimentos dos HAV. Tal escuta, por parte da coordenação grupal, ao mesmo tempo que se relaciona com as experiências de sofrimento dos HAV, rechaça a sua vitimização. Associada a tal escuta, há um caráter de enfrentamento, um viés político da intervenção. Notamos que a elaboração da dupla via da escuta se harmoniza com o desafio de trabalhar a responsabilização dos HAV, porém sem os vitimizar.

Considerações Finais

Este artigo resultou de uma pesquisa realizada com os serviços de intervenção junto aos HAV contra as mulheres em Minas Gerais, Brasil. Teve como objetivo investigar as bases teórico-metodológicas das políticas de intervenção em quatro instituições. No percurso realizado, foi possível identificar quatro programas desenvolvidos, caracterizá-los e apontar duas orientações principais presentes em tais programas: as que associam as dimensões cognitivo-comportamental e patológica para compreender a violência dos HAV e as formas de enfrentá-la, e as de caráter pró-feminista ou de gênero. Tais perspectivas já haviam sido caracterizadas por Ponce Antezana (2011) e pontos em comum com a sua proposta de categorização foram identificados em nossa pesquisa. Foi possível identificar que o trabalho com a violência contra as mulheres por meio dos HAV não se expressa, necessariamente, por meio da adoção de uma perspectiva crítica que toma as relações de poder como eixo prioritário de análise (Toneli et al., 2013). A articulação entre psicologia social e feminismo tem sido um caminho frutífero na desconstrução de abordagens patologizantes ou individualizantes da violência contra as mulheres.

Consideramos que, para o campo de estudos sobre as intervenções junto a HAV, é importante que outras investigações prossigam com a análise dos pressupostos tácitos de intervenção, envolvendo, também, sua dimensão epistemológica. Nesta pesquisa, adotamos uma posição mais descritiva das organizações estudadas e avaliamos que um próximo passo deve aprofundar as análises sobre as intervenções tomando a perspectiva e

a voz dos HAV como elemento importante também para compreensão do alcance das intervenções realizadas. Avaliamos também que estudos junto aos homens atendidos pelas organizações nos daria elementos importantes para compreender aspectos relacionados às formas como esses sujeitos significam sua relação com a violência, aspectos de sua socialização que contribuem para que tenham sido, em algum momento da vida, autores de violência e outros aspectos como aponta Lino (2013). Destacamos que o debate das dimensões epistemológicas na investigação dos pressupostos tácitos de intervenção junto a HAV torna possível qualificar a discussão sobre as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no contexto brasileiro, mas também no latino-americano, bem como ajuda na problematização acerca dos modelos de sociedade com os quais queremos contribuir. Ampliar tal estudo para outros contextos, promovendo análises comparativas é um passo importante a ser dado para o campo de estudos sobre violência contra as mulheres.

Retomamos, aqui, nossa convicção de que o feminismo não emerge apenas como uma perspectiva teórica e política construída sobre as mulheres, mas, também, sobre a sociedade, problematizando projetos sociais e concepções, a partir do lugar, das experiências, das vozes e das lutas das mulheres. As mobilizações de tal campo teórico-político fizeram com que fossem construídos conhecimentos sobre a situação social das mulheres, destacando a posição de subalternidade que lhes foi historicamente imposta. A investigação atinente às visões de mundo implicadas nas intervenções junto a HAV pode problematizar o lugar ocupado pelos saberes feministas, pois se trata da dimensão ético-política relacionada aos direitos das mulheres nas metodologias de intervenção junto a HAV.

Referências

- Adrião, K. G. & Toneli, M. J. F. (2008). Por uma política de acesso aos direitos das mulheres: Sujeitos feministas em disputa no contexto brasileiro. *Psicologia & Sociedade*, 20(3), 465-474. <http://doi.org/bwgs7k>
- Álvarez, A. (2001). El feminismo como prevención de la violencia de género. In A. Bernárdez Rodal (Ed.), *Violencia de género y sociedad: una cuestión de poder* (pp. 157-174). Madrid, España: Instituto de Investigaciones Feministas y Ayuntamiento de Madrid, Área de Promoción de la Igualdad y Empleo.
- Banin, S. A. & Beiras, A. (2016). A categoria homem nas políticas públicas e leis brasileiras. *Psicologia em Estudo*, 21(3), 523-535. <http://doi.org/b9w2>
- Barrett, M. & Phillips A. (2002). *Desestabilizar la teoría: debates feministas contemporáneos*. México: Paidós. Recuperado de <http://bit.ly/1HZAAhek>
- Barsted, L. L. (2006). A violência contra as mulheres no Brasil e a Convenção de Belém do Pará dez anos depois. In J. Pitanguy & L. L. Barsted (Orgs.). *O progresso das mulheres no Brasil* (pp. 246-289). Brasília, Brasil: UNIFEM. Recuperado de <http://bit.ly/2siJCgk>
- Beiras, A. (2014). *Relatório mapeamento de serviços de atenção grupal a homens autores de violência contra mulheres no contexto brasileiro*. Brasil: Instituto NOOS. Recuperado de <http://bit.ly/2sNEEf2>
- Beiras, A. & Cantera, L. M. (2014). Feminismo pós-estruturalista e masculinidades: Contribuições para a intervenção com homens autores de violência contra mulheres. In E. A. Blay (Coord.), *Feminismos e masculinidades. Novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher*, 1ed (pp. 29-43). São Paulo, Brasil: Cultura Acadêmica/ Fundação Editora da UNESP. Recuperado de <http://bit.ly/2thFFgq>
- Beiras, A., Moraes, M., Alencar-Rodrigues, R. de, & Cantera, L. M. (2012). Políticas e leis sobre violência de gênero - reflexões críticas. *Psicologia & Sociedade*, 24(1), 36-45. <http://doi.org/b9w3>
- Blay, E. A. (Org.) (2014). *Feminismos e masculinidades. Novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher*. São Paulo, Brasil: Cultura Acadêmica/ Fundação Editora da UNESP. Recuperado de <http://bit.ly/2thFFgq>
- Boira, S. & Marcuello, C. (2010). *Presente y futuro de los programas para maltratadores en España: una encrucijada técnica e ideológica*. Trabalho apresentado no 5º Congreso Español de Sociología: Sociología y Sociedad en España. Hace Treinta Años; Dentro de Treinta Años [anais], Pamplona/Madrid, España: Federación Española de Sociología. Recuperado de <http://bit.ly/2sjpWc6>
- Bonino, L. (2003). Masculinidad hegemónica e identidad masculina. *Dossiers Feministes*, 6, 7-36. Recuperado de <http://bit.ly/1hnxBfu>
- Bonino, L. (2009). *Hombres y violencia de género. Más allá de los maltratadores y de los factores de riesgo*. Madrid, España: Ministerio de Igualdad. Recuperado de <http://bit.ly/2nZpQF9>

- Cavalcanti, L. F., Gomes, R. & Minayo, M. C. S., & (2006). Representações sociais de profissionais de saúde sobre violência sexual contra a mulher: Estudo em três maternidades públicas municipais do Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 22(1), 31-39.
<http://doi.org/fv35rv>
- Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women Committee. (1992). General Recommendation 19. Violence against Women. *UN Women*.
 Recuperado de <http://bit.ly/2tgTiMj>
- Coelho, C. M. S., Silva, G. H. S., & Figueiredo, J. (2008). Fortalecendo a rede de atendimento a mulheres em situação de violência em Minas Gerais. *Pensar BH. Política Social*, 20(1), 25-26.
 Recuperado de <http://bit.ly/2thfsP0>
- Dantas-Berger, S. M. & Giffin, K. (2005). A violência nas relações de conjugalidade: Invisibilidade e banalização da violência sexual? *Cadernos de Saúde Pública*, 21(2), 417-425.
<http://doi.org/ccx9z8>
- Flick, U. (2004). *Uma introdução à pesquisa qualitativa* (Trad. Sandra Netz, 2º ed.). Porto Alegre, Brasil: Bookman.
- Giffin, K. (1994). Violência de gênero, sexualidade e saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 10(1), S146-S155.
<http://doi.org/bw32js>
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, (5), 7-41.
 Recuperado de <http://bit.ly/2tTpb3>
- Heilborn, M. L. & Sorj, B. (1999). Estudos de gênero no Brasil. In S. Miceli (Org.), *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)* (pp. 183-221). São Paulo, Brasil: Sumaré.
 Recuperado de <http://bit.ly/2thS9ES>
- Hüning, S.M., Medrado, B., Bernardes, A. G., Souza L. V., & Kind, L. (2016). Psicologia & Sociedade: Três décadas de produção crítica. *Psicologia & Sociedade*, 28(3), p. 410-411.
<http://doi.org/b9w4>
- Instituto de Pesquisas Aplicadas. (2013). *Violência contra a mulher: Femicídios no Brasil – dados corrigidos sobre taxas de feminicídios e perfil das mortes de mulheres por violência no Brasil e nos Estados*.
 Recuperado de <http://bit.ly/1AD5Iax>
- Jacó-Vilela, A. M. (2007). O estatuto da psicologia social: Contribuições da história da psicologia social. In C. Mayorga & M. A. Prado (Org.), *Psicologia social: Articulando saberes e fazeres (1 ed.)* (pp. 37-54). Belo Horizonte, Brasil: Ed. Autêntica.
- Lane, S. (2002). A psicologia social na América Latina: por uma ética do conhecimento. In R. H. de F. Campos & P. Guareschi (Orgs.), *Paradigmas em psicologia social para a América Latina* (pp. 58-69.). Petrópolis, Brasil: Vozes.
- Lei Nº 9.099. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências, Brasil, 26 de setembro de 1995.
 Recuperado de <http://bit.ly/2bsEqIrl>
- Lei Nº 11.340. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasil, 7 de Agosto de 2006.
 Recuperado de <http://bit.ly/11yrVDL>
- Lima, R. S. (2008). *História da psicologia social no Rio de Janeiro entre as décadas de 1960 e 1990* (Tese de Doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro).
 Recuperado de <http://bit.ly/2sND9xi>
- Lino, T. (2013). Rompendo as barreiras do gênero e promovendo a cidadania: grupos reflexivos no enfrentamento a violência de gênero. In III Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades, 2013, Salvador. Anais do III Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades, Salvador, Bahia.
- Lino, T. R & Mayorga, C. (2016). As mulheres como sujeitos da ciência: Uma análise da participação das mulheres na ciência moderna. *Saúde & Transformação Social / Health & Social Change*, 7(3), 96-107.
 Recuperado de <http://bit.ly/2rYOTdm>
- Mayorga, C., Beraldo, A. C., Amaral, J., Borges, L. A., & Santos, L. (2016). Gênero feminismo e psicologia social no Brasil: Análise da Revista Psicologia & Sociedade (1996-2010). *Psicologia & Sociedade*, 28(3), 589-603.
<http://doi.org/b9w5>
- Mayorga, C. (2011). Brasil e a questão racial – entre mitos, ideologias e lutas. In B. Medrado & W. Galindo (Orgs.), *Psicologia social e seus movimentos - 30 anos de ABRAPSO* (pp. 71-96). Recife, Brasil: ABRAPSO/Editora Universitária da UFPE.
- Mayorga, C., Ziller, J., Magalhães, M., & Silva, S. (2010). O problema que não tem nome: Metodologia para o estudo das desigualdades. In C. Mayorga (Org.), *Universidade cindida; universidade em conexão ensaios sobre democratização da universidade* (pp. 151-180). Belo Horizonte, Brasil: Editora UFMG.
- Medrado, B. & Lyra, J. (2008). Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e

- masculinidades. *Estudos Feministas*, 16(3), 809-840.
<http://doi.org/d3bpmc>
- Minayo, M. C. S. (Org.). (1999). *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade* (13^o ed.). Petrópolis, Brasil: Vozes.
- Nascimento, A. R. A. do & Menandro, P. R. M. (2006). Análise lexical e análise de conteúdo: Uma proposta de utilização conjugada. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 6(2), 72-88.
 Recuperado de <http://bit.ly/2sNUsl3>
- Natividade, C. (2012). *Semióticas da(s) masculinidade(s) em um grupo de homens que exercem violência contra as mulheres* (Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil).
 Recuperado de <http://bit.ly/2sY0wTt>
- Oliveira, P. (1998). Discursos sobre a masculinidade. *Estudos Feministas*, 6(1), 91-112.
 Recuperado de <http://bit.ly/2sjglBZ>
- Oliveira, P. (2004). *A construção social da masculinidade*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Brasil: Editora UFMG/IUPERJ.
- Osborne, R. (2009). *Apuntes sobre violencia de género*. Barcelona, España: Bellaterra.
- Paiva, F. S., Stralen, C. J. V., & Costa, P. H. A. (2014). Participação social e saúde no Brasil: Revisão sistemática sobre o tema. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(2), 487-498.
<http://doi.org/b9w6>
- Pasinato, W. & Santos, C. M. (2008). *Mapeamento das delegacias da mulher no Brasil*. São Paulo, Brasil: PAGU/UNICAMP.
- Phillips, A. (2002). Pretensiones universales del pensamiento político. In M. Barret & A. Phillips (Comp.), *Desestabilizar la teoría: debates feministas contemporáneos* (pp. 25-44). México: Paidós.
 Recuperado de <http://bit.ly/1HZAhek>
- Ponce Antezana, A. (octubre, 2011). *Modelos de intervención con hombres que ejercen violencia de género en la pareja. Análisis de los presupuestos tácitos y re-consideraciones teóricas para la elaboración de un marco interpretativo y de intervención*. Trabalho apresentado no Congresso Iberoamericano de Masculinidades y Equidad: Investigación y Activismo, Barcelona, España.
 Recuperado de <http://bit.ly/2tVd4uF>
- Ramírez, A. (noviembre, 1997). *La construcción de la masculinidad y sus relaciones con la violencia hacia las mujeres*. Trabalho apresentado no Jornadas de Reflexión sobre la Violencia hacia las Mujeres, Guatemala.
- Rothman, E. F., Butchart, A., & Cerdá, M. (2003). *Intervening with perpetrators of intimate partner violence: A global perspective*. Geneva, Switzerland: World Health Organization.
 Recuperado de <http://bit.ly/2sYIz74>
- Salas, R. G. (octubre, 2011). *¿Incluir a los hombres en las políticas públicas con perspectivas de género? Por una propuesta menos liberal y más feminista y radical*. Trabalho apresentado no Congresso Iberoamericano de Masculinidades y Equidad: Investigación y Activismo, Barcelona, España.
 Recuperado de <http://bit.ly/2sOBtUc>
- Sandoval, S. (2002). O que há de novo na psicologia social latino-americana? In R. H. de F. Campos & P. Guareschi (Orgs.), *Paradigmas em psicologia social: A perspectiva latino-americana* (pp. 101-109). Petrópolis, Brasil: Vozes.
- Santos, B. de S. (2007). Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos Estudos - CEBRAP*, (79), 71-94.
<http://doi.org/cptcdv>
- Souza, J. (2003). *A construção social da subcidadania: Para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Brasil: Ed. UFMG/IUPERJ.
- Tolman, R. M. & Edleson, J. L. (1995). Intervention for men who batter: A review of research. In S. R. Stith & M. A. Straus (Eds.), *Understanding partner violence: prevalence, causes, consequences and solutions* (pp. 262-273). Minneapolis, Minnesota: National Council on Family Relations.
- Tonelli, M. J., Maheirie, K., Perucchi, J., Mayorga, C., Mountian, I., & Prado, M. A. M. (2013). Critical social psychology in Brazil: Politics, gender, aesthetics and subject of dissidence. *Annual Review of Critical Psychology*, 10, 163-183.
 Recuperado de <http://bit.ly/2tV11QC>
- Toneli, M. J. F., Lago, M. C. de S., Beiras, A., & Clímaco, D. de A. (Orgs.). (2010). *Atendimento a homens autores de violência contra as mulheres: Experiências latino-americanas*. Florianópolis, Brasil: UFSC/CFH/NUPPE.
- Unesco. (2004). *Role of men and boys in promoting gender equality*. Asia-Pacific Program of Education for All (APPEAL).
 Recuperado de <http://bit.ly/2sk8u78>
- Unesco. (2010). *Semana de debates sobre la violencia ejercida contra la mujer*. Servicio de prensa. UNESCOPRESS.
 Recuperado de <http://bit.ly/2tUgYp>
- Waiselfisz, J. J. (2015). *Mapa da violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil*.
 Recuperado de <http://bit.ly/1MuSNkH>

Data de recebimento: 20 de setembro de 2016

Data de aceitação: 7 de junho de 2017